





DATA DA REUNIÃO: VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

PRESENCAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE -----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: ONZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E UM MINUTO. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----





**ENTROU-SE DE IMEDIATO NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praca 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4

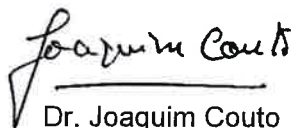
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 – ATA Nº 22

ORDEM DO DIA

- 1 - Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2019
- 2 - Pedido de autorização para a cessão da posição contratual assumida pela sociedade Fomentinvest - Soluções de Eficiência Energética S.A. no Contrato de Gestão de Eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública no concelho de Santo Tirso (contrato nº 41/2018)
- 3 - Protocolo para o abastecimento de água ao Lugar do Alto da Peça, freguesia de Lousado, Vila Nova de Famalicão - Parecer do município de Santo Tirso
- 4 - Proposta de celebração de Protocolo entre o município e a associação Confraria do Caco tendo por objeto a realização da Exposição Internacional de Presépios
- 5 - Proposta de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso - prevenção no âmbito do Passeio Anual Sénior
- 6 - Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Monte Córdova Futebol Clube / 2018
- 7 - Requerimento da sociedade Conduril - Engenharia S.A. - Pedido de Declaração de interesse público municipal de investimento a realizar, para efeitos de redução de impostos e de taxas municipais
- 8 - Requerimento da sociedade Pacoli - Propriedades, Construção e Investimentos Imobiliários Lda - Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal de investimento a realizar, para efeitos de redução de taxas municipais e compensação urbanística

Santo Tirso, 16 de novembro de 2018

O Presidente,


Dr. Joaquim Couto



1. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2019.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que compete à câmara municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;-----

De harmonia com o previsto nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para aprovação da proposta de Orçamento, sendo que para cada exercício orçamental devem ser planeadas as atividades de natureza permanente ou temporária, devendo o mapa de pessoal conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para execução das atividades a desenvolver durante a execução do orçamento, de acordo com as atribuições do município, as competências das diversas unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere:-----

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para dois mil e dezanove e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos nas alíneas a) e h) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal e artigo 29º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela dita Lei 35/2014.-----

Da proposta não faz parte o quadro plurianual municipal previsto no artigo 41º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, em virtude de não ter sido ainda publicado o Decreto-lei de regulamentação previsto no artigo 47º do mesmo diploma legal.-----

2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da mesma Lei 75/2013, propor à assembleia municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, conceda autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos previstos no n.º

1 do artigo 34º das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante do Orçamento Municipal, de harmonia com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46º, da dita Lei 73/2013, sem prejuízo da delegação de competências no presidente da câmara prevista no n.º 3 do mesmo artigo 34º.-----

3. Nos termos previstos no disposto na mesma alínea ccc) do n.º 1 do dito artigo 33º, propor à assembleia municipal para que este órgão autorize a delegação de competências do município nas freguesias, quando disso se presume benefício para a promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, e nos demais termos legalmente previstos, nomeadamente as disposições aplicáveis do Anexo I da Lei 75/2013, (artigos 116º e ss.), relativamente aos projetos/ações previstos no Plano de Atividades e no Plano Plurianual de Investimentos para 2019, também conforme consta do artigo 42º das referidas Normas de execução Orçamental, bem como autorização para a concessão de apoios às freguesias, nos termos previstos no artigo 33º das mesmas Normas. -----

4. Ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 5º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, solicitar autorização à assembleia municipal para utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de dois mil e dezoito, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de dois mil e dezanove, conforme consta do artigo 35º das Normas de Execução Orçamental.-----

5. Nos termos do n.º 2 do artigo 50º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, solicitar autorização à assembleia municipal para a contratação de empréstimos a curto prazo, nos termos previstos no artigo 43º das referidas das Normas da Execução Orçamental. -----

Junta-se cópia à presente da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, com todos os elementos e anexos que o integram, incluindo mapa com identificação e descrição das responsabilidades contingentes, constituída por cento e catorze páginas, que dela fica

a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma. -----

O senhor presidente fez uma pequena apresentação dos documentos que submete à aprovação da câmara municipal, conforme, de forma sucinta, se passa a transcrever:-----

“O município de Santo Tirso tem procurado dar cumprimento aos documentos genéricos do programa “Portugal 2020” (Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020) e o programa “Portugal 2030” (que define objetivos estratégicos para o desenvolvimento de Portugal na próxima década, que leva em conta recomendações da ONU), sendo estes os documentos enformadores das Grandes Opções do Plano e Orçamento que apresenta à câmara municipal. -----

Estes documentos previsionais têm em consideração os quatro pilares fundamentais da gestão:-----

- Economia;-----
- Governança;-----
- Ambiente;-----
- Sustentabilidade.-----

Estão integrados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento um conjunto de iniciativas e propostas que dão corpo aos princípios não só dos Programas atrás referidos, mas também, a título de exemplo, o Plano Estratégico de Base Territorial da Área Metropolitana do Porto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), o Plano de Mobilidade e Sustentabilidade, e o Plano Estratégico da Região Norte. -----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 vão “beber” as suas opções àqueles documentos e ao programa político do Partido Socialista apresentado à população aquando das últimas eleições autárquicas. -----

É um documento virado para as pessoas e para as empresas. Enquanto documento virado



para as pessoas, destacamos o alívio dos orçamentos familiares por via do IMI, a majoração em 20% nos apoios dirigidos aos jovens no âmbito do subsidio municipal de arrendamento, as vacinas gratuitas para todas as crianças até aos dois anos, os transportes escolares, a necessidade de manutenção, ainda nos anos de 2019 e 2020, dos apoios no âmbito do Plano Municipal de Emergência Social. -----

Enquanto documento virado para as empresas, destacamos a necessidade de continuar a atrair investimentos, como forma de criação de emprego. Com os apoios a conceder às empresas que invistam em Santo Tirso, designadamente a nível da Derrama e concessão de benefícios fiscais, nos termos legais e regulamentarmente previstos, prende-se uma diminuição dos custos de contexto das empresas. -----

O prazo médio de pagamento previsto é de 20 dias, o que é forte fator de desenvolvimento da economia local. -----

É um Orçamento que prevê uma grande poupança (3,9 milhões de euros) em receita corrente para aplicação em despesas de capital. -----

A par das pessoas e das empresas, irá manter-se um relacionamento de proximidade com as diversas instituições existentes no município. -----

A nível do reforço das infraestruturas, destacamos, entre muitas outras, a Requalificação da EM 319, em Água Longa; a construção de uma nova ponte sobre o Rio Vizela, em S. Martinho do Campo; a continuação de um conjunto elevado de obras de remodelação/requalificação, na cidade de Santo Tirso; a construção de um novo acesso ao Hospital de Santo Tirso; a ligação do Percorso Pedonal das Margens do Ave à Fábrica de Santo Thyrsos. -----

Prevê-se que em 2019, por via do aumento do FEF e de candidaturas apresentadas pelo município a diversos fundos comunitários, que estão atrasadas, mas não por razões imputáveis ao município, o Orçamento do Município venha a subir para cerca de 56 milhões de euros, o que obrigará a uma revisão orçamental. -----



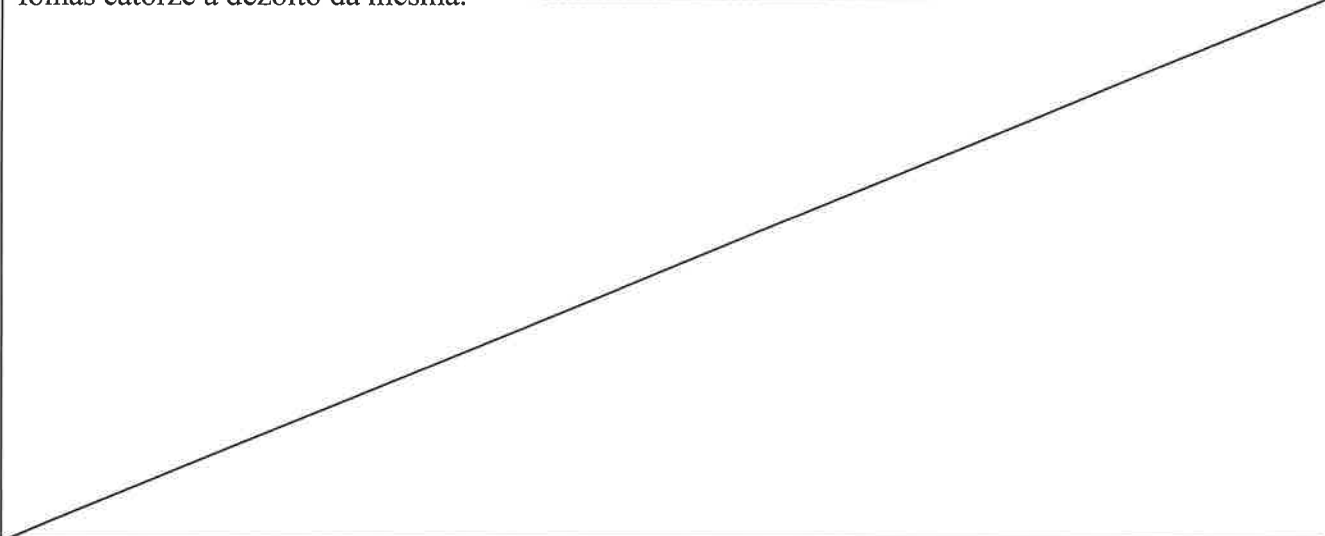
Manter-se-á um relacionamento de proximidade com a juventude, designadamente através do Orçamento Participativo Jovem.-----

Em reforço da autonomia financeira das freguesias, está prevista a transferência para estas, do orçamento municipal, 1,6 milhões de euros em 2019, o que é mais do que recebem do Orçamento do Estado, isto sem considerar os investimentos que são feitos por via de delegações de competências e protocolos de colaboração.”-----

De seguida o senhor presidente abriu o momento de discussão da proposta, tendo os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP referido que reservavam a sua posição para a declaração de voto que iriam apresentar. -----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para dois mil e dezanove foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a declaração de voto que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito páginas. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita também uma declaração de voto, a qual igualmente se junta à presente ata, e dela fica a constituir as folhas catorze a dezoito da mesma. -----



REUNIÃO CMST – 21/11/2018

Ponto 1

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2019

10

Importa antes da apresentação daquela que é a nossa visão acerca do orçamento para 2019 apresentado pela Câmara Municipal, lamentar mais uma vez o comportamento do Senhor Presidente de Câmara, relativamente ao incumprimento do Estatuto da Oposição quanto à ausência de convocatória ao PSD para apresentar as suas propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019.

Este comportamento, aliás constante, é próprio de quem gere o município como se da sua quinta se tratasse.

Este é um orçamento que fica aquém do potencial e das necessidades do concelho, é um orçamento sem ambição.

Quanto às políticas municipais, é sabido que temos uma visão diferente e propostas que, apesar de não terem sido sufragadas pela maioria dos Tirsenses, acreditamos teriam um resultado positivo e promissor para o concelho.

Para os vereadores do PSD, Santo Tirso não pode gerar **tanta desigualdade de oportunidades entre quem vive na cidade e arredores e quem vive nas freguesias mais distantes.**

A chamada “revolução” urbanística, ambiental e da rede viária municipal posta em prática pelo atual executivo municipal prevê obras e projetos a serem lançados e executados a partir de 2019 muito centrados na cidade, esquecendo as freguesias do concelho.

promover c/o Turismo do Norte e Aeroporto Sá Carneiro e Hoteleiros, colocar Santo Tirso nas Rotas Porto/ Braga e Porto/Guimarães, em eventos promotores dos produtos e da gastronomia local (colaboração c/ ACIST).

Há necessidade que o nosso Concelho adquira uma nova forma de estar no **desporto**.

É prioritária a realização de uma Carta Desportiva do Concelho. A Carta que propomos está dividida em 4 partes: a carta desportiva associativa, a carta dos equipamentos desportivos, a carta do consumo desportivo e a carta da participação desportiva.

É ainda necessário utilizar critérios assentes no mérito e na equidade de tratamento das associações do concelho. Para tal, um Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo é fundamental, estipulando os Tipos de Apoio previstos, que podem ser de natureza financeira, logística, material e técnica.

A marca de fundo passa pela existência de mais critério e justiça na atribuição de subsídios, e a formação de agentes desportivos.

É fundamental apostar na “Mancha Verde” - reflorestação e criação de zonas verdes, nas energias alternativas em escolas e edifícios públicos, no sistema de recolha seletiva porta a porta; na ligação pedonal S Martinho (Vila Nova do Campo) á estação de Lordelo; ligação do TUST a Monte Córdova, nas Vias clicáveis e pedonais, com a ligação pedonal pela margem esquerda do Ave (da fronteira de Riba D `Ave até Caniços e depois ligar pela margem esquerda do Vizela até S Martinho do Campo; sendo com esta proposta/medida poderíamos percorrer as margens dos dois rios passando pelas freguesias de S Martinho, Roriz, S Tomé, Vila das Aves

Nada disso é possível sem a criação de um ZONAMENTO pro-
habitacional, infraestruturado para construção a preços acessíveis e,
depois, a implementação do Programa URBJOVEM, por um lado,
através do incentivo à construção de casa própria no concelho de
Santo Tirso, reduzindo o custo das licenças, simplificando o processo
e encurtando o tempo de decisão, diminuindo a burocracia, por outro,
promovendo o Programa Casa – Renda, de apoio ao Arrendamento
Jovem.

Na sua habitual mensagem, o Sr. Presidente apregoa a
*“consolidação das políticas municipais”, a “estabilização de um
conjunto de medidas promotoras da coesão social e territorial”, o
cumprimento dos “objetivos eleitorais” e “um orçamento que vai
continuar a mudar Santo Tirso”.*

Mas como é que se pode continuar a mudar Santo Tirso no que
verdadeiramente importa se é intenção deste Executivo criar um novo
acesso ao Hospital quando o que é absolutamente urgente é investir
no próprio Hospital o qual, segundo o Presidente Joaquim Couto, sem
as verbas prometidas pelo Primeiro-Ministro e por ele próprio, que já
se percebeu que não vão chegar , vai passar “a disponibilizar apenas
o mínimo dos mínimos dos serviços que presta”. É preciso gastar
dinheiros públicos num novo acesso a um Hospital que está a
disponibilizar o mínimo dos serviços mínimos que presta (já agora,
tudo por culpa do Sr. Presidente da Câmara e do Partido Socialista que
reverteram um processo de gestão entregue à Misericórdia de Santo
Tirso com a promessa – falhada – de que seriam investidos entre 2017
e 2019 cerca de 4 milhões de euros)?

peso de ouro por todos nós. Só que não chega. Sem investimento e sem novos postos de trabalho, Santo Tirso não pode crescer.

Por outro lado, insistimos na ausência de uma estratégia integrada do território, como, de resto, se atesta pela contínua concentração do investimento municipal na cidade. O fosso entre o centro e as freguesias é visível e coloca em causa o primado da coesão social e territorial, principal fundamento da democracia, bem como do princípio da equidade e igualdade.

E é nas pessoas que deve estar o foco das nossas atenções. São importantes as requalificações, os arranjos urbanísticos, os apoios à Educação, ao Desporto, à Cultura, mas se não olharmos para as necessidades mais prementes dos nossos concidadãos, indo ao encontro dos seus anseios e preocupações, não estamos a cumprir o nosso papel enquanto gestores autárquicos

Muitas vezes a Câmara Municipal faz lembrar uma Comissão de Festas!

Quer se queira, quer não, os impostos diretos vão aumentar. Reiteramos que estes aumentos penalizam as famílias e o investimento. Por isso é que continuamos a defender uma política fiscal mais agressiva por forma a fixar e captar investimento e contrariar a forte tendência de abandono do concelho pelas famílias, nomeadamente dos mais jovens. Os aumentos previstos nesta rubrica, provam que é possível ir mais longe em matéria de redução do IMI, da Derrama e mesmo do IRS, como aliás temos defendido.

A água e saneamento são dos mais caros do País. O mercado imobiliário tem pouca oferta e está a preços elevados. Não há arrendamento disponível.

DECLARAÇÃO DE VOTO**(Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019)**

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 confirmam o trajeto de consolidação das políticas municipais iniciadas em finais de 2013, aquando da primeira tomada de posse do atual executivo municipal, e renovadas em outubro de 2017, quando se iniciou o ciclo autárquico que termina em 2021.

É para a população de Santo Tirso que se vira o orçamento para 2019, ano em que se prevê a continuidade de um conjunto de medidas promotoras da coesão social e territorial e uma forte aposta na reabilitação urbana e na requalificação da rede viária em todo o Município.

É, pois, um orçamento cumpridor do programa de governação sufragado maioritariamente em outubro de 2017 e cumpridor dos objetivos eleitorais aquele que o executivo municipal apresenta, pelo sexto ano consecutivo, à população de Santo Tirso.

É, afinal, um orçamento que vai continuar a mudar Santo Tirso, em áreas estratégicas como o ambiente, a mobilidade e as acessibilidades, o investimento e o emprego, e a modernização administrativa e a Juventude/Cultura.

Desde logo, o orçamento para 2019 tem a marca de água do atual executivo municipal: é rigoroso e responsável, princípios que estiveram sempre presentes na elaboração dos orçamentos anteriores e que naturalmente voltaram a nortear o documento previsional para o próximo ano.

À semelhança de orçamentos anteriores da inteira responsabilidade do atual executivo municipal, não prometemos mais do que aquilo que podemos cumprir. Por isso, temos orgulho em apresentar, ano após ano, contas certas.

Por isso também, o orçamento para 2019 aponta para taxas de execução históricas, quando comparadas com anos anteriores a 2013, o que é um sinal de transparência, credibilidade e de confiança, não apenas junto da população de Santo Tirso como também dos agentes com os quais o Município se relaciona, nomeadamente a banca, que cauciona a gestão autárquica que tem sido desenvolvida com taxas de juros e condições negociais vantajosas.

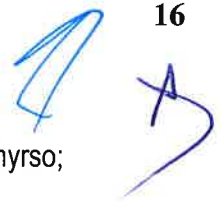
Sujeito a apertadas regras de execução orçamental, algumas das quais castradoras da autonomia das autarquias locais, **o orçamento não inclui uma verba superior a quatro milhões de euros, três milhões dos quais em fase de aprovação por parte da entidade gestora dos fundos comunitários e cerca de um milhão provenientes de transferências do Orçamento do Estado, ainda por aprovar.**

Ao longo de 2019, o orçamento terá de ser, naturalmente, revisto em alta, para acomodar o financiamento comunitário, para executar, entre outros projetos, a requalificação das Áreas de Acolhimento do Alto da Cruz e da Ermida, e também as verbas a que o Estado está obrigado oriundas do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

O documento previsional para 2019 dá continuidade e reforça mesmo a ambição infraestrutural para o Município no futuro a curto e médio prazo, contemplando um vasto conjunto de obras em fase de conclusão dos projetos, em curso ou previstas serem concluídas no próximo ano e seguintes.

A título de exemplo da “revolução” urbanística, ambiental e da rede viária municipal em curso, com base nos documentos estratégicos de planificação desenvolvidos pelo Município nos últimos anos com um horizonte 2020-2030, destacam-se as seguintes obras e projetos:

- Requalificação da EM318, do entroncamento da EN105 até ao limite com o Município vizinho de Valongo, num investimento de cerca de dois milhões de euros;
- Requalificação da EM558, do cruzamento da Rua do Bom Sucesso com a Rua Visconde de Cantim, na freguesia da Reguenga, até ao limite com o Município vizinho de Paços de Ferreira;
- Construção do novo acesso ao centro de S. Tomé de Negrelos;
- Reabilitação das estações de caminhos de ferro de Santo Tirso e Vila das Aves, para acolher alguns serviços municipais e prestar um melhor serviço à população de Santo Tirso;
- Requalificação da ligação da Ermida à Zona Industrial da Poupá;
- Construção de uma nova ponte sobre o rio Vizela, para ligar Vila Nova do Campo à estação de caminhos de ferro de Lordelo, em Guimarães;
- Requalificação da Zona Industrial da Várzea do Monte;
- Requalificação do Parque Pinto Leite;
- Conclusão do projeto de requalificação da área envolvente ao Instituto Nun'Alvres;
- Construção de uma pista de atletismo;
- Requalificação da ligação entre S. Tomé de Negrelos e Rebordões
- Criação de uma ligação pedonal e ciclável entre Sequeirô e o Parque Urbano Sara Moreira;
- Criação de um novo acesso ao Parque Urbano Sara Moreira;

- 
- Requalificação da EM513, na freguesia de Vilarinho (II fase);
 - Ligação do percurso pedonal das Margens do Ave à Fábrica de Santo Thyrsó;
 - Criação do novo acesso ao Hospital de Santo Tirso;
 - Ampliação e requalificação da Escola Básica da Laje, na freguesia de Vilarinho;
 - Requalificação do Parque do Rosal, na freguesia de Rebordões;
 - Obras de Urbanização da Zona Industrial da Picaria, na Ermida;
 - Requalificação da Rua José Narciso Martins da Costa, na freguesia de Vila Nova do Campo;
 - Beneficiação dos Complexos Habitacionais de S. Martinho do Campo, Sequeirô e Ringe;
 - Revitalização do Largo Coronel Baptista Coelho e Praça Conde S. Bento;
 - Requalificação da Zona Industrial do Alto da Cruz;
 - Requalificação do Mercado Municipal;
 - Criação do Parque Silvestre do Verdeal, nas freguesias de Vila das Aves e S. Tomé de Negrelos;
 - Requalificação da zona envolvente ao Centro Escolar da Ermida;
 - Conclusão da requalificação da Escola Básica do Ave, na freguesia de Vila das Aves;
 - Requalificação da Praça Camilo Castelo Branco (II fase);
 - Criação da Casa da Juventude, no Parque do Ribeiro do Matadouro;
 - Requalificação do nó de acesso à cidade na zona nascente, na Ponte de Frádegas;
 - Ampliação do Parque do Ribeiro do Matadouro.

O orçamento também se vira para as empresas e para o emprego em 2019. O clima favorável à atração de investimento privado e ao crescimento das empresas já instaladas no Município – e mesmo o clima de paz social que se vive em Santo Tirso – não é obra do acaso.

Na verdade, uma boa parte dos resultados alcançados nos últimos anos tem origem no trabalho desenvolvido pelo INVEST SANTO TIRSO, através do qual o Município põe em prática um conjunto de medidas dirigidas ao tecido económico local, que, pelo quinto ano consecutivo, vai beneficiar de um alívio da carga fiscal por via da redução do IMI, do IMT e da Derrama.

Importa, pois, deixar claro o seguinte: se a trajetória da receita arrecadada com os impostos tem vindo a registar sinais positivos, não é pelo agravamento da carga fiscal, carga, essa, que tem vindo a ser reduzida na ordem dos dois milhões de euros/ano, mas antes pela dinâmica económica e social do Município, com uma cada vez maior capacidade para atrair investimento, em diversos setores de atividade.

Dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fixados pelas Nações Unidas na Agenda 2030, o ambiente e a governança também são eixos estratégicos definidos pelo atual executivo municipal com tradução nos documentos previsionais para 2019.

O ambiente, por exemplo, vai sofrer um forte impulso a partir do próximo ano, consolidada a estratégia apresentada no Plano Municipal de Ambiente.

O próximo ano marca, aliás, o arranque de uma alteração profunda na organização e gestão do espaço público no centro da cidade, com a entrada em vigor do novo modelo de estacionamento e com a conclusão do projeto de requalificação do centro histórico, cuja I fase incluiu a reabilitação da praça do Alto da Feira, no âmbito da estratégia de regeneração urbana e de mobilidade definida pelo Município.

Santo Tirso tem de dar passos no sentido de adotar boas práticas e se modernizar em matéria ambiental e economia sustentável, com vista a contribuir para o esforço que está a ser feito à escala mundial para combater as alterações climáticas, a principal ameaça ambiental do séc. XXI.

No próximo ano, para além de estar previsto dar continuidade à execução do Plano Municipal de Mobilidade, com um conjunto alargado de ações, como, por exemplo, a criação de acessibilidades aos edifícios públicos ou a execução do Plano Municipal de Sinalética, vamos também acelerar o desenvolvimento de medidas de mobilidade suave, incentivando a utilização da bicicleta e dinamizando o uso dos carros elétricos.

O ano de 2019 constituirá mesmo uma viragem em termos de mobilidade. Em primeiro lugar, porque entrará em vigor o passe social e único da Área Metropolitana do Porto, com um impacto direto no orçamento das famílias, que, com um custo mensal de 40 euros, poderão viajar em todos os 17 Municípios metropolitanos quantas vezes forem necessárias. Em segundo lugar, porque, nos casos das populações dos Municípios de Santo Tirso, Famalicão e Trofa, estas poderão ainda beneficiar do mesmo tipo de benefícios, através do passe único previsto no plano de exploração e gestão da rede intermunicipal de transportes públicos, nas deslocações intermunicípios.

É uma dupla poupança para as famílias, mas também um duplo ganho para a sustentabilidade dos territórios, que, naturalmente, passam a ter uma maior utilização dos transportes públicos e, por arrastamento, uma diminuição do transporte individual, nomeadamente nos centros das cidades.

Em 2019, também já estarão no terreno os guarda-rios e as brigadas verdes, com o objetivo de

sensibilizar as populações, de uma forma ativa, para a necessidade de adotarem estilos de vida que defendam o meio ambiente e vigiar as zonas ribeirinhas.

O sexto orçamento da inteira responsabilidade do atual executivo municipal é ainda fiel ao princípio da (boa) governança. Nele, está bem patente um conjunto de políticas destinadas ao reforço da dignificação do papel de proximidade dos presidentes de Junta e da autonomia financeira das juntas, a principal das quais relacionada com as transferências da Câmara Municipal para as freguesias.

De facto, apesar de não estarmos obrigados por lei a fazê-lo, o executivo municipal vai voltar a honrar o compromisso assumido de transferir o montante de 1,6 milhões de euros para as freguesias, cerca de 900 mil euros em duodécimos e mais 700 mil euros no âmbito de acordos, protocolos e delegação de competências.

No total, o Município transfere uma vez e meia aquilo que o Orçamento do Estado transfere para as freguesias, a que se somam os investimentos diretos previstos serem realizados pela Câmara Municipal.

Este é, indiscutivelmente, um orçamento virado para as pessoas e para as empresas. Mas é também um orçamento virado para o futuro e para os tempos modernos. É um orçamento que aponta para um caminho sem recuo, em matéria de sustentabilidade. É um orçamento que, por razões de natureza legal e administrativa, tem um horizonte de um ano, mas com um alcance em termos estratégicos para o mandato e mesmo para além dele.

É um orçamento de continuidade nas principais políticas que lhe dão corpo, mas é também um orçamento que não só dá resposta aos anseios e expectativas das famílias, das empresas e do tecido institucional local como ainda antecipa a necessidade de construção de um Município inovador, sustentável e moderno e uma Administração Pública eficiente, célere e respeitadora das melhores práticas internacionais.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta das Grandes Opções do plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2019.

Santo Tirso, 21 de novembro de 2018



2. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL ASSUMIDA PELA SOCIEDADE FOMENTINVEST - SOLUÇÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA S.A. NO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO (CONTRATO N.º 41/2018). -----

Presente requerimento de catorze de setembro último, registado com o número vinte e sete mil e sessenta e nove, das sociedades que integram o consórcio denominado “FOMENTEFFICIENCY/VPS/CANAS” a quem foi adjudicado o contrato de Gestão de Eficiência no Sistema de Iluminação Pública no município de Santo Tirso, celebrado no dia dezanove de abril último (contrato n.º 41/2018) a solicitar autorização do município para que a sociedade Fomentinvest – Soluções de Eficiência Energética, S.A., membro daquele Consórcio, ceda a sua posição no referido contrato à sociedade comercial Fomentinvest Santo Tirso, Soluções de Eficiência Energética, Unipessoal Lda, que foi criada pela sociedade cedente, com o propósito único de executar o referido contrato de Gestão de Eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública.-----

O assunto vem informado pela Chefe da Divisão da Contratação Pública, conforme informação de oito do corrente mês de novembro, registada com o número doze mil seiscentos e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, considerando os fundamentos invocados pela interessada, e considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse autorizar a cessão da posição contratual da sociedade Fomentinvest – Soluções de Eficiência Energética, S.A. para a sociedade comercial por quotas Fomentinvest Santo Tirso, Soluções de Eficiência Energética, Unipessoal Lda, na seguinte condição: -----

- A sociedade cessionária, cujo capital social é detido exclusivamente pela sociedade anónima Fomentinvest – Soluções de Eficiência Energética, S.A., conforme consta da Certidão

Permanente da sociedade cessionária, não poderá transmitir as suas participações sociais a terceiros nem alterar a titularidade do capital social. -----

Caso a cessionária não cumpra aquela condição o município reserva-se o direito de resolver o contrato celebrado, com fundamento em redução das garantias de boa execução do mesmo.

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



3. PROTOCOLO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO LUGAR DO ALTO DA PEÇA, FREGUESIA DE LOUSADO, VILA NOVA DE FAMALICÃO - PARECER DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO. -----

Presente comunicação de vinte e um de setembro último, registada com o número vinte e seis mil oitocentos e quarenta e quatro, da sociedade INDAQUA Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., concessionária da exploração e gestão do serviço público municipal de abastecimento de água nos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, a informar que o município de Vila Nova de Famalicão pretende proceder ao abastecimento de água do lugar do Alto da Peça, freguesia de Lousado, que, pela sua localização geográfica se efetuará através da ligação da rede existente à rede pública de abastecimento de água que integra o contrato de concessão em que são concedentes os municípios de Santo Tirso e da Trofa, sendo que para o efeito é necessário o consentimento destes municípios.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, conforme informação de quinze do corrente mês de novembro, registada com o número doze mil oitocentos e oitenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Considerando o teor da aludida informação técnica, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do protocolo necessário para aquele efeito, cuja minuta se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma. -----

A intervenção do município de Santo Tirso no aludido Protocolo destina-se apenas a manifestar o seu acordo à solução encontrada para o abastecimento de água ao lugar acima referido. -

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----



4. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO CONFRARIA DO CACO TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE PRESÉPIOS. -----

Presente informação de catorze do corrente mês de novembro, do Serviço de Turismo, registada com o número doze mil oitocentos e dezoito, a sugerir a celebração de um Protocolo de Colaboração entre o município e a associação denominada “Confraria do Caco”, que tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes, com vista à organização de Exposição Internacional de Presépios, a decorrer na cidade de Santo Tirso, entre o dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezoito e o dia três de janeiro de dois mil e dezanove, e a realização da Feira de Presépios, a decorrer entre os dias vinte e três a vinte e cinco do corrente mês de novembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com os pressupostos que constam da minuta de Protocolo junta com a aludida informação técnica, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, deliberasse celebrar o aludido Protocolo de Cooperação entre o município de Santo Tirso e a associação denominada Confraria do Caco. -----

A comparticipação financeira a atribuir pelo município, no montante de 4.450,00 € (quatro mil quatrocentos e cinquenta euros), conforme consta da cláusula quarta da minuta de Protocolo anexa, será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3363/2018, de dezasseis do corrente mês de novembro. -----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3607, conforme documento de requisição externa da despesa n.º 3859/2018, de dezasseis de novembro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



5. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO - PREVENÇÃO NO ÂMBITO DO PASSEIO ANUAL SÉNIOR.-----

Presente informação a Coordenadora Municipal da Proteção Civil, de catorze do corrente mês de novembro, registada com o número doze mil oitocentos e quarenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a propor a atribuição de um subsídio no montante de 435,42 € (quatrocentos e trinta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, para ajudar a custear as despesas da associação com o apoio dado no “Passeio Anual Sénior” promovido pelo município, que consistiu no acompanhamento do grupo por uma equipa de bombeiros e respetivo veículo. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um subsídio no montante de 435,42 € (quatrocentos e trinta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso.-----

O pagamento será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3360/2018, de catorze do corrente mês de novembro.-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3579, conforme documento de requisição externa de despesa n.º 3851/2018, de catorze de novembro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a declaração de voto que se junta à presente ata, constituindo a subsequente folha da mesma.

REUNIÃO CMST – 21/11/2018

Ponto 5

PREVENÇÃO DO PASSEIO ANUAL SÉNIOR

O assunto aqui apresentado neste ponto 5 da ordem de trabalhos, parece-nos não estar devidamente enquadrado e até estará desajustado contabilisticamente. Em vez de ***“atribuição de subsídio”*** deveria, em nossa opinião, ser enquadrado como uma prestação de serviço, visto ter-se tratado de um trabalho/serviço realizado por uma entidade a pedido da autarquia. Aliás, em assunto, e muito bem, aparece mesmo como ***“Prevenção do Passeio Anual Sénior”***.

Sabemos, pois, que foi um serviço de “prevenção” efectuado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, durante o Passeio Anual Sénior.

Sabemos, como é obvio, que a CMST abordou as três Associações de Bombeiros do concelho de Santo Tirso, para em conjunto prestarem este serviço, cada uma com uma ambulância a acompanhar o passeio anual sénior até à Figueira da Foz e regresso a Santo Tirso, ***“para actuar in loco na resolução de pequenas enfermidades que acometem esta população”***.

Sabemos, também, que as três Associações Humanitárias entregaram atempadamente na CMST uma carta assinada pelos respectivos presidentes, informando a disponibilidade e o custo para a realização desse serviço.

Estranhamente, julgamos ter havido aqui qualquer falha de comunicação. Pois se a carta referida foi em nome das três Associações e assinada pelos seus presidentes, como é que só foi adjudicado esse serviço à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e não houve qualquer explicação às outras duas Associações Humanitárias?

Não estamos contra o pagamento da importância proposta de 435,42€ à AHBVST, aliás um valor muito aproximado daquele que foi apresentado pelas três Associações.

Achamos sim, que deve ser pago como uma ***“prestação de serviço”***, como efectivamente foi realizado e não como ***“atribuição de subsídio”*** como aqui proposto nesta reunião de Câmara.

Santo Tirso, 21 de novembro de 2018

Os Vereadores do PSD





6. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE.-----

Presente email de catorze do corrente mês de novembro, da associação denominada Monte Córdova Futebol Clube, registado com o número trinta e três mil e cinquenta e sete, a remeter a documentação necessária à celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para apoiar programa de desenvolvimento desportivo a levar a cabo por aquela associação no ano de dois mil e dezoito.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número doze mil oitocentos e sessenta, de quinze do corrente mês de novembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a associação Monte Córdova Futebol Clube tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia doze do corrente mês de novembro, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 6.000,00 € (seis mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da

mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3369/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3606/2018, conforme documento de requisição externa de despesa n.º 3858/2018, de dezasseis do corrente mês de novembro.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, celebrar o aludido contrato-programa.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

**7. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE CONDURIL - ENGENHARIA S.A. –
PROCESSO 18/18-AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO
MUNICIPAL DE INVESTIMENTO A REALIZAR, PARA EFEITOS DE CONCESSÃO DE
BENEFÍCIOS FISCAIS E REDUÇÃO DE TAXAS. -----**

Presente requerimento de vinte e um de junho último, da sociedade comercial anónima Conduril - Engenharia S.A. com scdc na Avcnida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835, freguesia de Ermesinde, Concelho de Valongo, registado com o número dezoito mil duzentos e dezanove, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento relativo à ampliação e alteração de um edifício industrial que possui na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 22, lugar de Portela Alta, Água Longa (processo de obras n.º 75/16-LEDI), que prevê a criação de quarenta novos postos de trabalho. -----

O pedido é apresentado no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de trinta de junho de dois mil e dezassete. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de catorze do corrente mês de novembro, registada com o número doze mil oitocentos e trinta e quatro, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, a requerente obteve uma classificação final de 40%, o que lhe permite ser concedido um benefício fiscal de 18.741,15 € (dezoito mil setecentos e quarenta e um euros e quinze cêntimos). -----

O benefício fiscal a conceder será afetado pela ordem de impostos prevista no n.º 4 do

referido artigo 6º. -----

Assim, e no presente caso, o benefício fiscal, incide sobre os seguintes impostos: -----

- IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – pelo prazo máximo de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal (até ao máximo do referido benefício fiscal, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 3º do referido regulamento); -----

- Derrama (na eventualidade do benefício fiscal não se esgotar em sede de IMI e pelo período máximo de três anos).-----

Reconhecido aquele investimento como Projeto de Interesse Municipal, a requerente poderá ainda beneficiar de redução de Taxas de Licenças e Taxa Municipal de Urbanização, nos termos dos respetivos Regulamentos, a conceder por despacho do presidente da câmara municipal cujo montante máximo a pagar é de 23.912,26 € (vinte e três mil novecentos e doze euros e vinte e seis centimos), correspondente a: -----

- Taxa de Licença e verificação topográfica – 3.691,74 € (três mil seiscentos e noventa e um euros e setenta e quatro centimos).-----

- Taxa Municipal de Urbanização – 20.220,52 € (vinte mil duzentos e vinte euros e cinquenta e dois centimos). -----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse municipal do projeto de investimento em causa e deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 16º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, e artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso, atribuir o referido benefício fiscal, no montante máximo de 18.741,15 € (dezoito mil setecentos e quarenta e um euros e quinze centimos), que incidirá sobre o Imposto Municipal de Imóveis e, eventualmente Derrama.-----

Após discussão, e votação nominal, as propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

8. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE PACOLI – PROPRIEDADES, CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇA, TMU E COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA- PROCESSO 55/18-LEDI -----

Presente requerimento de vinte e cinco de setembro último, da sociedade comercial por quotas Pacoli – Propriedades, Construção e Investimentos Imobiliários Lda, com sede na Rua Ferreira de Lemos, n.º 85, Santo Tirso, registado com o número vinte e sete mil quatrocentos e vinte e três, a solicitar o reconhecimento do especial interesse público do seu projeto de investimento, que consiste na construção de um edifício destinado a habitação multifamiliar, a levar a efeito na Rua da Indústria, Santo Tirso, que comporta dezasseis apartamentos de tipologia de T1 a T4 (duplex). -----

Do expediente consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de quinze do corrente mês de novembro registada com o número doze mil oitocentos e noventa (processo 31/18-AE), cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, sendo de realçar que durante o período de execução do projeto prevê-se a criação de vinte postos de trabalho diretos e trinta indiretos, acrescendo que o projeto contribuirá para o aumento da oferta de habitação, conformando-se assim com a política habitacional municipal de promoção de habitação na cidade, de modo a contribuir para a fixação de população residente no município. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse reconhecer como de especial interesse social e económico municipal o projeto relativo à referida operação urbanística, a levar a efeito pela requerente, para efeitos de isenção ou redução de taxas de licença, de harmonia com o previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, bem como para efeitos de isenção ou redução da Taxa Municipal de Urbanização, e Compensação Urbanística, nos termos dos respetivos



regulamentos. -----

De acordo com a estimativa da liquidação de taxas no processo de construção acima referido, o valor da taxa de licença é de 7.591,56 € (sete mil quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e seis cêntimos); o valor da Taxa Municipal de Urbanização é de 18.306,45 € (dezoito mil trezentos e seis euros e quarenta e cinco cêntimos) e o valor da Compensação Urbanística é de 90.880,93 € (noventa mil oitocentos e oitenta euros e noventa e três cêntimos). -----

Posteriormente, e ao abrigo da competência prevista no n.º 6 do referido artigo 15º, e conforme a informação que vier a ser prestada pelos serviços respetivos, será decidida a isenção ou redução de taxas e compensação urbanística, nos termos regulamentados.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e um minuto.-----

E para constar se lavrou a presente da ata que tem trinta e uma folhas, e quatro documentos anexos (anexo I, relativo ao item um; anexo II, relativo ao item três; anexo III, relativo ao item quatro; anexo IV, relativo ao item seis) apenas utilizadas no anverso, com a exceção das folhas dez a treze também utilizadas no verso, que eu

Adriana Fagundes

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 29 / 11 / 2018 conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas seis).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes